

política

Alcolumbre trava PEC do fim da escala 6x1 no Senado

Proposta institui a obrigatoriedade de dois dias de descanso

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), travou a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 no Brasil ao manter o texto na Mesa Diretora da casa, sem despachar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), disse que não recebeu informação sobre a data de envio da PEC à Comissão.

Uma reunião entre Otto e Alcolumbre, prevista para esta semana, foi desmarcada pelo presidente do Senado. Procurada, a assessoria de comunicação de Alcolumbre não comentou o tema à reportagem.

O presidente do Senado também não marcou a reunião de líderes para discutir a pauta. O encontro costuma ocorrer semanalmente. Na semana passada, Alcolumbre afirmou, no plenário, que discutiria a tramitação da PEC do fim da 6x1 na reunião de líderes.

Além de instituir a obrigatoriedade de dois dias de descanso remunerado para os trabalhadores por semana, a Proposta de Emenda à Constituição 221 de 2019 reduz a jornada de trabalho no Brasil das atuais 44 horas



Presidente do Senado não marcou reunião de líderes para discutir a pauta

para 40 horas semanais.

A cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana avalia que o adiamento dessa definição reflete preocupações sobre os impactos econômicos e sobre a resistência, principalmente nos setores empresariais, em relação à redução da jornada de trabalho no Brasil.

“É o ano eleitoral. Sobre um tema com essa repercussão social, as lideranças preferem administrar esse tempo da discussão evitando assumir cursos políticos imediatos”, avalia a estudiosa.

Pesquisas sobre os impactos da PEC na economia têm divergido em relação às consequências para inflação, o Produ-

to Interno Bruto (PIB) e o nível de emprego.

De acordo com a especialista, a postergação da discussão da proposta de emenda à Constituição sugere que o senador Alcolumbre ainda não tomou decisão política sobre a tramitação, mas pondera que isso não significa rejeição definitiva ao mérito da proposta.

“A simples existência de apoio social não garante a tramitação. O presidente da Casa possui os instrumentos para poder definir a prioridade e o ritmo da agenda. Ele está mantendo esse tema sob o controle dele, como presidente do Senado, enquanto as negociações mais amplas continuam nos bastidores”, analisa Luciana Santana.

CPI aprova relatório que recomenda cancelar concessões dos Blocos 1 e 2

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Os deputados estaduais integrantes da CPI dos Pedágios aprovaram nesta quinta-feira o relatório final elaborado por Miguel Rossetto (PT), por 8 votos a 3. A peça recomenda uma reavaliação do Executivo da concessão do Bloco 3, único já concedido, e cancelamento dos Blocos 1 e 2 de rodovias estaduais. A comissão iniciou os trabalhos em janeiro deste ano sob a presidência de Papparico Bacchi (PL).

A aprovação do relatório ocorre após o governador Eduardo Leite (PSD) comparecer à CPI, na última segunda-feira, para defender as concessões que estão sendo promovidas pelo Estado. O chefe do Executivo afirmou ter “absoluta convicção de que as concessões, e o modelo que estamos implementando no Rio Grande do Sul, estão corretas”.

O relatório apresentou apontamentos sobre a concessão do Bloco 3, a modelagem apresentada para o Bloco 2 e Bloco 1, sendo que este último ainda não teve edital publicado. O documento também relaciona a falta de interessados na concessão do Bloco 2 - o leilão estava previsto para esta quarta-feira, mas foi cancelado - aos riscos relacionados às recentes calamidades climáticas que atingiram o Vale do Taquari, que representa maior parte das rodovias deste

“A ausência de interessados aponta, na verdade, para uma causa que o modelo de concessão pri-

vada não é capaz de absorver: o risco real da região”, diz o texto. Integrantes do governo, e inclusive o governador Eduardo Leite, relacionaram o leilão deserto à própria CPI, alegando que ela gerou ambiente político hostil para o setor privado.

O relatório ainda descreve os problemas observados nas concessões. No caso do Bloco 3, o texto diz: “Após mais de três anos de cobrança de pedágio, nenhum dos 32 km de duplicações contratadas para janeiro de 2026 foi entregue, as obras dos 26 km de duplicações com previsão de entrega em janeiro de 2027 não iniciaram, enquanto as tarifas acumularam reajuste superior a 35%, mais do que o dobro da inflação do período, chegando a R\$ 13,30 por pódio em São Sebastião do Caí para carros de passeio”.

Já no Bloco 2 foram apontados “equivocos metodológicos no cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)”, enquanto no Bloco 1 o documento descreve: “Ainda sem edital publicado, o Bloco 1 reproduz os vícios do Bloco 2 de forma ainda mais acentuada”. O relatório também trouxe comentários e recomendações para a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) e à Agência Reguladora dos Serviços Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs).

As recomendações para os Blocos 1 e 2 são de cancelamento dos processos e de repasse dos valores previstos, oriundos do Funrigs - fundo criado para a reconstrução do Estado após as cheias de 2024 -, para a EGR ou para um “fundo orçamentário financeiro específico”.

Texto alternativo da oposição foi enviado à CCJ

Enquanto não despacha a proposta e emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1, Alcolumbre enviou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC alternativa ao fim da 6x1, apresentada pela oposição, que mantém a atual escala de trabalho no Brasil e permite a contratação por hora trabalhada.

Lideranças governistas esperam votar a PEC do fim da 6x1 que veio da Câmara dos Deputados, sem alterações, ainda neste semestre, antes do recesso Legislativo, que começa no dia 18 de julho, intercalado com São João e Copa do Mundo de 2026.

Durante as sessões do plenário do Senado desta semana,

senadores governistas cobraram a tramitação da PEC.

“É exigível que nós assim o façamos o mais breve possível, quiçá bem antes, até o final deste mês, das conclusões do nosso primeiro semestre, no dia 17 de julho”, destacou o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

A líder do PT no Senado, senadora Teresa Leitão (PT-PE), também pediu prioridade à PEC que institui a escala 5x2 no Brasil.

“O Senado precisa priorizar esse tema, que é, sim, uma prioridade do país, que se pretende grande, civilizado e desenvolvido, por trabalho digno e valorização dos trabalhadores

e trabalhadoras assalariados”, avaliou a parlamentar

Por outro lado, o senador da oposição Hermes Klann (PL-SC) criticou a PEC. “A proposta reduz a jornada de trabalho sem apresentar solução para compensar os custos dessa mudança. A conta não desaparece, alguém vai pagar. E, como sempre, quem paga é a própria população”, criticou o parlamentar.

O senador Romário (PL-RJ), mesmo da oposição, defendeu a medida. “Serei sempre favorável a qualquer medida que vise a garantir mais direitos aos nossos trabalhadores”, discursou em manifestação na tribuna da casa.

Projeto prevê ampliação de ações de enfrentamento à violência política

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre começou a discutir um projeto de lei que inclui os meios digitais na Política Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça. O texto, de autoria das vereadoras Atena Roveda (PSOL) e Grazi Oliveira (PSOL), altera a Lei nº 14.167/2025, que institui a diretiva no município.

A política já vigente tem o objetivo de garantir os direitos políticos das mulheres e combater discriminações que impeçam sua

atuação pública, definindo punições, como advertências e multas. Caso o projeto das parlamentares seja aprovado, a legislação passa a valer para o ambiente digital.

O texto considera violência política de gênero e raça digital toda ação, conduta ou omissão praticada nos ambientes virtuais, que tenha como efeito impedir, intimidar, descredibilizar ou deslegitimar o exercício de direitos políticos de mulheres, em razão de gênero, de orientação sexual ou de raça.

Ainda não há definição de quando o projeto será votado, no entanto, o texto já ingressou nas sessões de pauta e está sendo debatido pelos parlamentares.